

TERRITORIALIDADE E CULTURA CAMPONESA: TRAJETÓRIAS EM (DES)CONSTRUÇÃO

Territoriality and peasant culture: trajectorys in (de) construction

Jânio Gomes de Carvalho¹
Sônia Maria Ribeiro de Souza²

RESUMO: O modelo de desenvolvimento implementado no espaço agrário brasileiro teve como pressuposto a modernização, cujo mote seria o de que melhoraria o campo tirando-o do atraso e estabelecendo os alicerces para o progresso. Entretanto, o que não é posto em discussão são as consequências para os sujeitos do campo – a classe do campesinato – que, ao longo desse processo vem, paulatinamente, perdendo sua territorialidade, sua cultura, em função da introdução de práticas da indústria cultural, que são exógenas ao seu modo de vida, contribuindo decisivamente à sua (des)construção. Este artigo traz uma reflexão sobre as alterações sofridas nesses espaços, particularmente, no que se refere às alterações da cultura camponesa e a importância da Educação do Campo e a formação de professores como estratégias de resistência camponesa aos processos de desmonte do modo de vida camponês. O recorte territorial em que se observou algumas dessas transformações, foi a comunidade camponesa, Várzea Grande, pertencente ao município de Cristino Castro (Piauí).

Palavras-chave: Territorialidade. Cultura Camponesa. Indústria Cultural. Educação do Campo.

ABSTRACT: The development model implemented in the Brazilian agrarian space was based on modernization, whose motto would be that it would improve the field by removing it from the backwardness and laying the foundations for progress. However, what is not discussed is the consequences for the subjects of the field - the class of the peasantry - which, throughout this process, has been gradually losing its territoriality, its culture, due to the introduction of practices, the industry cultural, which are exogenous to their way of life contributing decisively to their (de) construction. This article reflects on the changes suffered in these spaces, particularly with regard to changes in peasant culture and the importance of Rural Education and teacher training as strategies of peasant resistance to the dismantling processes of the peasant way of life. The territorial area in which some of these transformations were observed was the peasant community, Várzea Grande, belonging to the municipality of Cristino Castro (Piauí).

Keywords: Territoriality. Peasant Culture. Cultural Industry. Rural Education.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

¹ Graduado em Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Aluno do Curso de Especialização em Educação do Campo (UFPI), Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), Bom Jesus (PI). E-mail: gomesdecarvalhojnio39@gmail.com

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), em Bom Jesus (PI). E-mail: soniahrib@ufpi.edu.br

Este texto é resultante das reflexões elaboradas no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado: *Cultura camponesa: uma trajetória em (des)construção* (CARVALHO, 2018). Retomamos essas reflexões, destacando alguns conceitos e elementos que constituem a territorialidade e a cultura camponesa, as quais sofrem profundas alterações no decorrer da história, especialmente, a partir da expansão capitalista no campo, o qual ampliou a dominação e exploração, por meio da introdução de novas tecnologias, da mercantilização e criando novos padrões de produção e consumo, absolutamente distante da sua trajetória cultural, étnica, familiar e comunitária.

A territorialidade e a cultura camponesa sofrem profundas alterações e essas transformações contribuem, de forma decisiva, ao seu processo de (des)construção. Amplamente discutida como modernização, esta territorializou-se por meio de objetivos estratégicos: a) realizar uma transformação nas formas de produzir, mas também, na mentalidade agrícola, isto é, nas relações sociais de produção, sobretudo, pela “mudança no processo de trabalho agrícola, em que o trabalhador deixa de ser o agente ativo, o controlador do processo de trabalho, para se tornar um apêndice das máquinas” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 34); b) essas alterações também se deram nas esferas da cultura, do jeito de ser e de viver do campesinato.

Estabelecemos uma relação entre a indústria cultural e o seu papel no processo de modernização e os seus efeitos danosos sobre a cultura camponesa, visto que esta atua de forma a disseminar e consolidar da Pedagogia do consumo – o caráter publicitário da cultura, impondo a lógica da “sociedade do consumo”. E, nesse sentido, regendo os comportamentos das pessoas, tirando a sua autonomia, alterando os seus modos de viver, ou seja, as suas implicações sobre o campo mais precisamente sobre a cultura camponesa.

Seguindo na busca do entendimento dos fatores que têm contribuído nessa (des)construção, entendemos como o agronegócio, no que diz respeito a sua dinâmica recente, a relação com o trabalho e a terra, enfatizamos o seu sentido político no esforço consciente na busca pela construção de uma imagem perante a opinião pública, de moderno em contraposição ao campo como lugar do atraso. São os rearranjos e as transformações do espaço agrário que, mediante estratégias e práticas foram criando, orientando, julgando e gerindo o processo que ficou conhecido como modernização da agricultura. Novas formas de produzir, consumir, pensar e conduzir foram os imperativos que permitiram orientar e prescrever o projeto de desenvolvimento para o espaço agrário “moderno”, passando pelo discurso da necessidade do crescimento e do desenvolvimento econômico.

No intuito de contrapor a essa concepção e buscando a compreensão de que esse espaço é contraditório, evidenciamos a resistência efetuada pelos movimentos sociais, na diversidade das

suas lutas, na construção de um outro projeto o qual passa, necessariamente, por pensar uma educação do campo para o campo (ARROYO, 2008), tendo como base, a formação de educadores do campo/militantes educadores. Assim, procuramos seguir na rota dos movimentos sociais na árdua superação da Educação Rural pela Educação do/no Campo. Dessa forma, foi primordial construir uma compreensão do processo de constituição desde a Educação Básica do Campo (o seu primeiro momento), culminando com o conceito que ainda está em construção, a Educação do Campo.

Esperamos, portanto, que o caminho traçado neste trabalho, no intuito de compreender parte da trajetória de constituição da cultura camponesa ao longo da história, a partir das temáticas levantadas com os seus respectivos teóricos, possa aguçar ainda mais o desejo daqueles (as) interessados por esse tema em continuar no processo de construção da resistência camponesa, fortalecendo cada vez mais essa luta em defesa de um Brasil mais justo e por um campo visto a partir das suas potencialidades, sob a ótica do modo de produção e de reprodução camponesa.

2. TERRITORIALIDADE E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL CAMPONESA: JEITO DE SER E JEITO DE VIVER

De acordo com Souza (2007), quando analisamos os processos que ocorrem no âmbito das relações sociais no espaço, sejam relacionados a economia, a política ou a cultura, estamos falando de relações socioespaciais. Nesse sentido, uma sociedade só se torna concreta, a partir do espaço que ela produz. A formação social do espaço, constitui assim, a territorialidade que envolve tanto a sociabilidade, quanto os conflitos entre determinado grupo social no espaço geográfico, ou seja, a(s) territorialidade(s) propiciam a formulação de estratégias de controle de um grupo social sobre um determinado espaço, por meio do fortalecimento de forças econômicas, políticas e culturais. Então, entendemos o campesinato e o modo de produção camponesa como uma das formas particulares de reprodução socioespacial no meio rural que se constitui enquanto modo específico de produzir e de viver em sociedade.

Conforme Raffestin (1993, p. 158), a territorialidade adquire uma especificidade,

[...] pois reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas.

As relações sociais vivenciadas no território constituem, portanto, uma identidade coletiva, como afirma Saquet (2007, p. 87),

[...] no território, há desigualdades, desterritorialização e reterritorialização, a partir da combinação de fatores econômicos, políticos e culturais, que substantivam ao mesmo tempo a identidade coletiva. O território é fruto dessa lógica identitária e combinatória existencial e regional.

Portanto, pensamos que a territorialidade é uma categoria analítica que nos possibilita entender as relações socioambientais e espaciais do campesinato com a natureza, compreendendo-a (o conceito) como um conjunto de práticas e as suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social e está sujeita a gestão dos atores, como serve também, de elemento de tomada de consciência da população de que faz parte de um território (ANDRADE, 1998). Nesse sentido, as formas de uso e de interação do campesinato com a natureza, o jeito de viver no campo e a forma de organizar o trabalho, são elementos que definem a territorialidade camponesa, o seu pertencimento. Como tão bem definiu Matos (2012, p. 06),

Alguém que tenha dado os primeiros passos num curral, galinheiro ou lavoura, não aprende a lidar com a terra, plantas e animais, é muito mais que isso, há sentimento de pertença. A terra, os recursos naturais, as plantas, os animais não são meros objetos de exploração e consumo, são partes de um todo, do qual esses sujeitos (as) camponeses também fazem parte. Existe uma relação de interdependência, cumplicidade, afetividade. O camponês não campeia o gado - como é próprio do latifúndio -, ele chama cada indivíduo pelo nome e eles comem em sua mão. Tem sempre o galo de estimação, o boi de estimação, a ferramenta de estimação, essa relação se constrói na vivência, no contato diário e contínuo.

Esse jeito de ser e de viver comparece na fala do Sr. Ariston, vaqueiro da comunidade de Várzea Grande, zona rural de Cristino Castro (PI). Em sua fala fica evidente uma prática comum e que identifica o trabalhador e a relação que estabelece com seu entorno, como afirma: “*cada animal tem seu nome, facilita a lida no curral, no levar para a roça, até mesmo no buscar na solta, chamo cada um por seu nome, eles vêm, agrado com o sal e não precisa maltratar os animais*” (A. S., 2018).

O trabalho – a “lida” – com a terra não define profissionais do campo, mas define uma identidade e essa identidade faz o camponês. Nesse sentido, camponês não é apenas cultivar a terra, mas é cultivar a terra com outros parâmetros da produção, que envolvem uma relação de temporalidades distintas, no sentido de que o tempo não tem uma linearidade, há outra racionalidade daquela imposta pelos ritmos do capital, de observação dos ritmos da natureza, há afetividade, respeito à vida, ao outro, com perspectiva de continuidade, de preservação dos recursos naturais. Conforme Matos (2012, p. 06), “[...] o levantar pela manhã, o tirar leite, alimentar o porco e a galinha, o fazer artesanal próprio da roça, compõe a mística da ruralidade.”

Antônio Gonçalves da Silva, popularmente conhecido como “Patativa do Assaré”, e considerado o “Porta-voz do sertão”, traz na essência dos seus versos toda a simplicidade do modo de vida do camponês e, em uma das suas poesias, podemos perceber claramente a manifestação dessa sensibilidade, dessa vida, dessa relação harmoniosa com a natureza, numa linguagem simples e direta, ele canta e conta o cotidiano do homem da roça. Descreve Patativa (1984, p. 36):

Sou fio das mata, cantô da mão grossa, Trabáio na roça, de inverno e de estio. A minha chupana é tapada de barro, Só fumo cigarro de páia de mío... Sou poeta das brenha, não faço o papé e argum menestré, ou errante cantô Que veve vagando, com sua viola, Cantando, pachola, à percura de amô... Não tenho sabença, pois nunca estudei, Apenas eu sei o meu nome assiná. Meu pai, coitadinho! vivia sem cobre, E o fio do pobre não pode estudá... Meu verso rastêro, singelo e sem graça, Não entra na praça, no rico salão, Meu verso só entra no campo e na roça Nas pobre paioça, da serra ao sertão... Só canto o buliço da vida apertada, Da lida pesada, das roça e dos oito. [...]. Eu canto o vaquêro vestido de côro, Brigando com o tôro no mato fechado, Que pega na ponta do brabo novio, [...] E assim, sem cobiça dos cofre luzente, Eu vivo contente e feliz com a sorte, Morando no campo, sem vê a cidade, Cantando as verdade das coisa do Norte.

O processo produtivo que envolve, portanto, não apenas uma forma de organização do trabalho, mas de toda uma cultura de produção, relacionamento com a terra e com o meio e que é um eficiente mecanismo de construção do conhecimento que faz a criança camponesa diferenciada, portadora de uma importante “bagagem” de conhecimento empírico, determinante para sua formação e desenvolvimento no contexto da Educação do Campo. Características marcantes do campesinato que vão construindo com o tempo, as suas subjetividades e os seus modos de vida.

3. O CAMPESINATO E SUAS MÚLTIPLAS CULTURALIDADES

A palavra cultura é de origem latina *colere*, que significa “cultivar, criar, tomar conta, cuidar e expressa uma ação marcada pelo cuidado (CHAUI, 1997, p. 292). Num sentido mais geral, é toda a criação humana resultante a partir das relações estabelecidas entre os seres humanos e deles com a natureza que, por sua vez, produz modos de vida. Nessa ação de criar e recriar, os seres humanos se transformam e, ao mesmo tempo, transformam a natureza, resultando disso tudo, a produção de bens materiais (transformação da natureza em outras formas até então inexistentes) e imateriais são os bens que expressam suas subjetividades, por meio das artes, teorias, ciências, religiões, ideologias etc. (CHAUI, 1997).

Na proporção que o ser humano vai interferindo na natureza, ele vai humanizando-a em seu benefício, de modo a satisfazer às suas necessidades. Essas transformações se tornam mais

crescentes no tempo e no espaço, ao tempo em que este ser humano vai também constituindo sua humanização, transformando-o num ser social portador de cultura, “um modo de ser radicalmente inédito, o ser social” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 36).

O campesinato no seu processo de constituição como sujeito histórico teve no elemento cultura a sua base, construído numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza. Dessa forma, ele exige e confirma a existência de uma pluralidade de culturas e não “a cultura” e fora desta “a não cultura”, dentre elas, a existência da cultura camponesa. A agricultura, a partir do seu significado (“agri-culturas” – *ager* e do latim *colere*, que significa cuidar do campo, criar no campo, cultivar no campo) (CHAUI, 1997), traz no seu bojo, esse forte sentido de ligação, pertencimento, de ato transformador e criador, uma relação fundada no cuidado e, portanto, identidade humano-natureza. Esse sujeito histórico, o camponês, se constitui nessa adversidade que, por sua vez, vai marcar suas culturalidades: ao longo da história sempre sofreu violências e agressões, historicamente sempre foi ativo resistindo, contrapondo e nas suas ações políticas agindo com radicalidade.

Em se tratando especificamente de campesinato brasileiro, existe um fator que foi determinante nessa pluralidade cultural, a miscigenação, não somente pela vinda de outros povos para o Brasil, mas por ter produzido um processo migratório interno muito forte no campo, até os dias atuais. Toda essa mistura e movimentação foram gerando tipos humanos diferenciados e regionalizados territorialmente. Daí, se percebe essa peculiaridade cultural específica e diferenciada do campesinato brasileiro.

O universo camponês que foi se constituindo a partir dessa relação forte com a natureza, é rico, complexo e, ao mesmo tempo, amplo. Ao longo do processo de produção e reprodução do seu modo de vida, foi impondo a esse camponês um acúmulo de conhecimentos, que fez dele um sujeito efetivo prático/empírico, faz ensinando e ensina fazendo. Resulta dessa construção histórica, relações sociais fortes, onde valores humanos fundamentais, como solidariedade e fraternidade se concretizam nas suas múltiplas práticas de ajuda mútua na família, na vizinhança etc.

Esse sentimento de pertencimento, essa ligação forte com a natureza, esse vínculo umbilical com a “mãe terra”, foi criando e caracterizando uma forte espiritualidade própria do camponês, que se revela em músicas de estilos variados, danças, poesias, teatro, bailes e festividades, instrumentos musicais, causos e contos, histórias e lendas, artesanato, artes plásticas, ritos, mitos e outros. Esse contágio com o mistério natural pela via da contemplação ou do medo, vai contribuir na constituição do sagrado (forte traço da cultura camponesa), como estado superior e exterior, mas também, igualitário e interior. Este sentimento e percepção do “Sagrado”, vai levar o camponês a demarcar ambientes naturais e culturais para sua manifestação, determinando os mitos

e os rituais específicos do modo de vida camponesa. Esses rituais se voltam tanto para a natureza (lagos, cachoeiras, olhos d'água etc.), os processos do trabalho (preparação da terra, semeadura e colheita etc.).

Outro traço forte da cultura camponesa, cuja constituição é historicamente hegemônica em diversas sociedades, trata-se do Patriarcalismo (CHAUI, 1997), onde sempre foi notório a supremacia do homem na hierarquia familiar. Essa forma de dominação patriarcal, erguida e sustentada por milênios, se materializa em cada período histórico de diversas formas, e uma das suas mais fortes expressões está na divisão sexual e social do trabalho, onde tradicionalmente criou-se uma base sexual, na sua maioria, sobrecarrega a mulher, que, além de cumprir com uma enorme gama de atividades de manutenção e cuidado da família no âmbito domiciliar, também desenvolve um conjunto de trabalhos na produção para a sua reprodução.

A família se constitui no mais forte e imediato horizonte do campesinato, e, aqui no Brasil, se consolidou sob a forma cultural europeia cristã capitalista, reforçando essas relações patriarcais, ao mesmo tempo em que impediu, seja pela força jurídica e policial, seja pela ordem social moral, outras formas típicas dos povos originários ou africanos. Nesse sentido, a fala do Sr. Martin Preto (agricultor aposentado) da comunidade Várzea Grande, zona rural de Cristino Castro (PI), ajuda a reforçar a importância da figura desse “Pai”, aquele que mantinha a ordem no seio familiar e o quanto era considerado. Segundo o sr. Martin, “*O camarada naquele tempo que bulice com a fia de um pai de família ou casava com ela ou então casava com o pai dela, ou seja, mexeu tem que casar, tem que respeitar a honra daquele pai de família*” (M.P., 2018).

Do imediato familiar, as relações se estendem para o plano da comunidade, como espaço da vizinhança, da realização do trabalho solidário e cooperado e da sociabilidade mais intensa, espaço que, para muitos, é praticamente o único local conhecido (CHAUI, 1997). O fato dos sujeitos (as) camponeses (as) estabelecerem suas relações externas somente em ocasiões pontuais, a fim de suprirem suas necessidades, criou-se um mundo muito restrito, que dificultou a sua tomada de consciência política, a sua organização, facilitando assim, a invasão da ideologia da cultura burguesa, impossibilitando de se autoperceberem como sujeitos sociais complexos e de conceberem o seu espaço como território, diferente dos povos originários e as comunidades quilombolas para as quais a sua existência social está intimamente ligada a um território.

Percebemos que perdura sobre os povos camponeses, povos originários e africanos, uma violência histórica e cultural, onde o Estado burguês e os agentes do capital, impedindo seu acesso à terra, explorando sua força de trabalho e, até mesmo, com sua contenção, fizeram uso de diversas formas de agressão ao longo da história, mas eles têm resistido a esses condicionamentos históricos e em determinados momentos têm se rebelado a essas formas de violência, a exemplo de Canudos,

no sertão baiano, da comunidade de Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, no Ceará; e da Guerra do Contestado em Santa Catarina e Paraná. A persistência desses condicionamentos históricos não só constituem suas experiências práticas, como também, vão imprimir sua subjetividade, sendo comunicados em causos, repentes, trovas, cordéis e músicas, ocupando o imaginário e o acervo cultural.

4. INDÚSTRIA CULTURAL (CULTURA DE MASSAS) E EDUCAÇÃO (PEDAGOGIA DO CONSUMO)

Alguns autores, notadamente Bastos; Stedile; Villas Boas (2012), ajudam a compreender a Indústria Cultural e a sua relação com a educação, a forma como ela opera e as consequências que traz sobre a “mistificação das massas”, de modo a exercer uma dominação sobre os indivíduos, que, mesmo tendo as condições técnicas para se libertarem, não o fazem. Para os autores, o principal aspecto da Indústria Cultural está na articulação mercadológica entre cultura, arte e divertimento, o que seria a perpetuação da dominação do sistema produtivo sobre o trabalhador também no seu tempo livre. Dessa forma, a Indústria cultural consolida a diversão como mercadoria, assentando os termos da dominação social do capitalismo no século XX. Surge assim, a nova configuração da dominação: a da mercantilização da vida, dos sentidos e dos sentimentos. A partir daí, a Indústria cultural passa a se constituir num dos mais fortes aparelhos que dissemina e consolida a Pedagogia do consumo (o caráter publicitário da cultura).

De modo a obter uma compreensão atual do conceito de Indústria cultural, os autores procuram fazer uma articulação com o conceito de hegemonia, a partir de Gramsci, que define hegemonia como a capacidade de direção de uma classe sobre as demais, por meio da coerção (força) e do consentimento (ideias). Os aparelhos privados de hegemonia são os que constroem os consensos e naturalizam as relações de dominação de uma classe sobre as outras. É nesse contexto que atua como aparelhos de hegemonia, tanto a educação, quanto a Indústria cultural, que ajudam a construir essa “realidade absoluta”, onde entram em ação os meios de comunicação e as escolas, que padronizam o sentido e os papéis dos sujeitos na vida e na história, conferindo coerência ao pensamento e aos valores da classe dominante, baseados nos interesses dela e no estímulo ao consumo e ao mercado capitalista, com o objetivo de torná-los o pensamento e valores (a cultura) de toda a sociedade (ADORNO, 2001).

O propósito das ações desenvolvidas pela Indústria cultural visa basicamente converter toda a população, inclusive a camponesa, em consumidores passivos, fabricando e estimulando um desejo pelo consumo aparentemente democrático, como se estivesse acessível a todas as classes,

quando, na verdade, é inacessível para a maior parte da população. É uma estratégia engenhosa de articulação entre coerção e consentimento, na medida em que o indivíduo (ou mesmo classes inteiras) se reconhece naquilo que, na verdade, lhe limita a autonomia (ADORNO, 2001).

De acordo com Costa (2006), são estes os valores básicos que norteiam essas representações hegemônicas (Indústria cultural): a livre iniciativa (a liberdade), a concorrência (de todos contra todos) e a ação individual (cada um por si) na busca pelo sucesso, que se traduz na capacidade de consumo, da mesma forma desenfreada e, ainda mais, pela ostentação dos bens consumidos. Contudo, para o autor, a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho alheio nunca aparecem como o fundamento do espetáculo. E é justamente pela falta dessa informação básica, que a grande massa dos consumidores da informação produzida pela indústria cultural, compra a mentira de que bastam a autoconfiança, o esforço individual e os próprios méritos para se qualificar à corrida pelo sucesso (COSTA, 2006).

A Indústria cultural passou a atuar fortemente no Brasil, a partir da década de 1930, com o Governo de Getúlio Vargas que, a fim de enaltecer suas ações, usa a propaganda por meio da radiodifusão, a qual torna-se uma poderosa ferramenta de controle social, visto que todos estavam na busca de construir a identidade de um país sem contradição, harmônico, cordial, uma potência em crescimento, à revelia de um país real. A fim de criar uma imagem de um país útil, a educação também entrou nesse movimento, alguns acordos (MEC-Usaid) foram firmados com os Estados Unidos, visando implantar o modelo norte-americano (desde o primário até o ensino universitário), com vistas a uma educação tecnicista, que suprisse as demandas do mercado. Logo, tanto a educação, comunicação e a cultura estavam a serviço de um projeto de destruição dos projetos contra hegemônicos que foram defendidos antes do golpe civil-militar.

Dessa forma, toda proposta de educação popular foi varrida pela ditadura brasileira, abrindo caminho para o ímpeto mercantil, que passou a dominar o universo escolar com uma infinidade de metodologias modernas, onde educação tem o sinônimo de “capacitação técnica para o mercado de trabalho”, processo de inserção na modernidade pela via exclusiva do consumo, pelo acesso ao consumo, e não aos direitos. Gruschka (2008, p. 174) ressalta que “[...] a chave de análise dos vínculos entre a Indústria Cultural e a escola não está primeiramente na questão do ensino e da aprendizagem, mas na “sistemática subsunção da educação à economia”. Pucci (2003, p. 17) também reforça essa questão ao afirmar que:

[...] se analisada do ponto de vista do sistema, a indústria cultural é plenamente educativa, se preocupa com o enforme integral da concepção de vida e do comportamento moral dos homens no mundo de hoje; se vista a partir dos pressupostos da teoria crítica, a indústria cultural é marcadamente deformativa.

Para reforçar o entendimento sobre essa questão, defendem Medrano; Valentim (2002) que a Indústria Cultural, de fato, tem uma presença forte na escola, quando se trata do negócio dos materiais pedagógicos-didáticos, onde entra a pressão das editoras de modo a venderem seus produtos, cuja consequência para os estudantes é “[...] o reforçamento positivo para o consumismo desenfreado de mercadorias capazes de promover a identificação e adequação sociais” (MEDRANO; VALENTIM, 2002, p. 79), em detrimento da análise crítica do material didático em si.

Para contrapor e contestar o modo de produção do agronegócio, para combater a matriz hegemônica da produção de alimentos e do uso da terra como mercadoria, pelo viés da Educação do Campo, é possível encontrar na esfera da cultura seu correspondente na demanda pelo combate às formas da indústria cultural, conforme aponta Damasceno (s./d., p. 06):

O agronegócio está para a agricultura camponesa assim como a indústria cultural está para a cultura popular. Tanto agronegócio quanto indústria cultural desenvolvem-se a partir da exploração e empobrecimento dos valores culturais e dos bens naturais, e, assim, vão eliminando todas as formas de sociabilidades possibilitadoras de uma convivência harmoniosa e justa entre seres humanos e natureza.

Contextualizando e, ao mesmo tempo, estabelecendo uma relação com os efeitos danosos da Indústria Cultural sobre a cultura popular, notamos que esse processo de empobrecimento dos valores culturais vem ocorrendo nas diversas comunidades camponesas, quando se analisa a fala de um camponês na comunidade de Várzea Grande, zona rural de Cristino Castro (PI), questionado sobre o Reisado – uma manifestação tradicional da cultura camponesa – na comunidade, ele afirma: *“Vai acabar, tenho muita lembrança e ainda muita vontade, mas não estou achando quem queira fazer mais, já passamos por muitas coisas boas, mas de agora em diante nada, hoje em dia as pessoas tão crescendo a vista pensando só em dinheiro”* (A.P., 2018).

Para o Sr. Ariston (2018), todos os conhecimentos, experiências que ele conseguiu acumular na sua vida teve a influência do exemplo do seu pai, também vaqueiro, que despertou nele o desejo de ser igual ao pai, e o pai, por sua vez, o envolvia nas lidas do cuidado com o gado. Quanto às mudanças que ele percebe nos dias atuais comparado como era no passado na labuta do gado, comenta:

As pessoas têm crescido o olbo, a usura foi crescendo, tão cercando as terras e aquilo que era comum, no caso às soltas, está acabando dificultando a criação do gado; os invernos tão ruim, antes tinha mais água, hoje as águas diminuíram tá dificultando a lida do vaqueiro; tá acabando a lida do vaqueiro e a alegria da floresta tá acabando. Sair para campear o gado com outros vaqueiros, um dia ou mais, a uma légua ou mais, aquele é que era o tempo que JESUS abençoou, quando se reuniam a noite em torno da fogueira iam jogar conversa fora as vezes

mentira, as vezes verdades, mas era a verdadeira alegria, hoje cada um vive cuidando do que é seu, no individualismo, agora tudo está se transformando em festa como a vaquejada e a pega do boi na mata e não uma prática, sou contra vaqueiro que vai campear de moto, esse não é vaqueiro.

Seu Antônio Preto (2018), o homem das folias de reis, quando perguntado como está sendo hoje e qual a expectativa quanto ao futuro dessa tradição, não somente na comunidade, mas na região de um modo geral, foi categórico em afirmar:

[...] vai acabar, os novos não quer se entrosar, não quer se aproximar com o reisado, eu e os outros companheiros (as) tamo ficando velhos a tendência é acabar mesmo. Hoje tou com 74 anos, gostei e gosto dessa folia do reisado, fui e ainda danço o boi, toco violão, o tambor, o triangulo, o pandeiro etc. Tinha também a brincadeira da égua, pegava uma caveira de um animal qualquer fazia uma estrutura, botava um reio na boca dela e ficava puxando, tilapo, tilapo, corria no meio do povo a turma abria caminho ficava o terreirão lindo pra se brincar, muita gente, a comunidade se reunia em torno do terreiro, brincadeira sem confusão, coisa de chamar atenção. O reisado mexe com muita coisa boa, as palavras são bonitas fala de Jesus, uma atração muito boa, mexe com a religiosidade das pessoas, dou muito valor aquilo. Tenho muita lembrança e ainda muita vontade mas não estou achando quem queira fazer mais, já passemos por muitas coisas boas, mas de agora em diante nada, hoje em dia as pessoas tão crescendo a vista pensando só em dinheiro.

O Sr. Martin Preto (2018), com a sua larga experiência de vida se atentou em dialogar no sentido de trazer para os nossos dias como era a questão do respeito, da ordem, a consideração que existia entre as pessoas. Lembrou de um traço forte da cultura camponesa, que é a família, na figura do pai, ao falar sobre o casamento:

O camarada naquele tempo que bulice com a fia de um pai de família ou casava com ela ou então casava com o pai dela, ou seja, mexeu tem que casar, tem que respeitar a honra daquele pai de família, então uma filha só sai da responsabilidade de um pai de família só se fosse para construir uma outra família, passando a responsabilidade para aquele outro pai, caso não acontecesse, dependendo do pai, o camarada podia até ser morto ou denunciado para alguma autoridade e a filha tinha que procurar um outro lugar para morar. Hoje o que é que se dá, o camarada pega uma filha de um pai de família leva ela pra qualquer lugar, chega em casa a hora que quiser e as vezes ainda traz o camarada pra dentro de casa e se o pai falar alguma coisa, fica com raiva do pai, mas o resultado tá aí, filhos sem pai e a responsabilidade agora fica com o pai ou os avós, hoje tá tudo virado. (M. P., 2018)

As mudanças sociais aceleradas como as que se vive nessas últimas décadas influenciadas pela “modernização” no espaço rural têm contribuído para a circulação rápida das informações, das ideologias etc., e provocado, como foi possível perceber nas falas dos nossos entrevistados, um sentimento de crise ou um conflito de identidade. As transformações ocorridas na vida e na produção da família camponesa, se traduz no comportamento nos nossos dias, como comenta Matos (2001) in Matos (2012, p. 08): “O mundo nos nossos dias requer praticidade, agilidade e

rapidez. O difícil se tornou inadequado, o velho, antiquado e o novo significa solução. Tudo que é novo, tudo que é prático, tudo que é fácil, é imediatamente aceito. Já não se faz, se compra feito.”

Temos comprado o discurso e a mentira que nos impõe a classe dominante, quando nos adentra por meio da Indústria Cultural de que esse modelo de desenvolvimento (sem envolvimento), de modernização da agricultura, no caso, o agronegócio, é o mais viável para o país. O caminho inverso nessa contraposição, passa pela tomada de consciência de mudança do povo camponês, tendo como base, a formação dos educadores do campo, que defendam outro projeto de educação que auxilie os trabalhadores(as) a entenderem essa lógica de dominação e, dessa forma, possam estar munidos das ferramentas necessárias para fazer esse enfrentamento por outro projeto de campo dentro da perspectiva da Educação do Campo. É possível apontar, portanto, um direcionamento no sentido de obter uma resposta para a pergunta levantada inicialmente por Adorno; Horkheimer (1985), porque, tendo as condições técnicas para a emancipação, o indivíduo não o faz?

Segundo Bastos; Stedile; Villas Bôas (2012) se faz necessário compreender que, de fato, a Indústria Cultural e as suas diferentes formas se constituem num problema a ser pensado e combatido. No sentido de buscar soluções emancipatórias, é preciso pensar numa formação que considere todo esse processo de acumulação aparente que formalizou as contradições do modo social brasileiro. Processo esse, que foi se acumulando e gerando essa consciência dos dilemas da experiência brasileira, periférica, colonizada e contraditória.

É necessário lutar por uma educação que perceba essas estruturas formais que foram sendo construídas ao longo da nossa história, uma educação que proporcione meios críticos de percepção dessa relação que a Indústria Cultural estabelece entre o indivíduo e o mundo, entre vida e realidade. Uma formação norteada pelo viés da emancipação deve não somente reconhecer a existência do problema, mas também, procurar encontrar os termos contraditórios do problema, a fim de buscar a sua superação (BASTOS; STEDILE; VILLAS BÔAS, 2012).

5. O PAPEL DO AGRONEGÓCIO E (DES)CONSTRUÇÃO DA CULTURA CAMPONESA

Fazendo uma análise detalhada daquilo que já foi possível ser discutido anteriormente, acerca dos elementos e dos fatores que têm contribuído nesse processo de (des)construção da cultura camponesa, é notório afirmar que o agronegócio tem se constituído em uma das grandes contradições formalizadas por esse modo social brasileiro, e que é um dos responsáveis pelo

desmonte das estruturas camponesas, particularmente pelo processo de territorialização do capital no campo.

Leite; Medeiros (2012) defendem que o termo agronegócio passou a ser utilizado no sentido de expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles que se situam entre a esfera industrial, comercial e de serviços. Surge inicialmente na década de 1990, como agribusiness e, somente a partir do ano 2000, essa palavra agronegócio passou a ser usada amplamente no campo acadêmico, jornalístico, político e no senso comum.

No instante em que o capitalismo no seu processo de expansão consegue produzir uma invasão de capital sobre o campo, esse setor passa a sofrer profundas transformações nas suas estruturas, tão devastadoras para o campesinato, seja por imporem o processo de mercantilização do campo, seja por alterarem intensamente suas bases materiais produtivas, até então, intimamente ligadas aos processos ecológicos e as tecnologias endógenas, seja também, por estarem elevando as contradições no campo (LEITE; MEDEIROS, 2012).

Essa lógica de expansão do capitalismo sobre o campo, segundo Kautsky (1986), no início do século XX, era de assinalar a integração entre agricultura/indústria pelas “duas pontas”: insumos e produtos, o que ele vai chamar de industrialização da agricultura. Seguindo a dinâmica mais recente, o que se observa no seu perfil é que, por um lado, cada vez mais aumenta a concentração de terras por empresas internacionais no país, e, por outro, ocorre a verticalização do setor, pois hoje grandes empresas controlam a produção de insumos, o armazenamento, o beneficiamento e a venda. Para reforçar esse controle Wesz Júnior (2011), afirma que, no mínimo, um terço da soja produzido por essas empresas segue direto para a Europa, sem nenhum beneficiamento no Brasil, o que acontece também com o etanol, o biodiesel e a indústria florestal etc.

O agronegócio tem transformado profundamente as relações de trabalho e o uso da terra por onde ele tem avançado, e esse processo vem alterando na mesma proporção a dinâmica no modo de produção e vida dos sujeitos camponeses, haja vista, percebemos aqui, no contexto do sul do Piauí, esses efeitos, quando analisamos o que diz o vaqueiro Sr. Ariston, acerca do cercamento que chegou aqui, delimitando as áreas onde outrora era uma “solta” comum, forma tradicional das comunidades aqui, de campearem o gado. Segundo ele: *“as pessoas têm crescido o olho, a usura foi crescendo, tão cercando as terras e aquilo que era comum, no caso às soltas, está acabando dificultando a criação do gado”* (A. S., 2018).

A concepção de uso da terra pelo agronegócio (terra de trabalho substituída por terra de negócio), por um lado, os camponeses vão sendo expropriados das suas terras para dar lugar a esse modelo de produção, que, no Brasil, essa lógica de expansão está diretamente relacionada à

disponibilidade de terras, tanto para a produção, quanto para construir uma reserva para futura expansão, e, por outro lado, além de terem perdido as suas terras, são forçados a se submeterem a formas degradantes de trabalho, ora como assalariados com um mínimo de direitos trabalhistas assegurados, ora como trabalhadores temporários, vivendo tanto à margem desses direitos, quanto a maioria passa a morar nas periferias das cidades próximas aos polos do agronegócio. Segundo Gorgen (2009, p. 05),

Na comunidade há o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários) e da convivência com a morte (ritualidade dos funerais). Tudo adquire significado e todos têm importância na comunidade camponesa. Nas comunidades camponesas as individualidades têm espaço. As que contrastam com o senso comum encontram meios de influir. Os discretos são notados. Não há anonimato na comunidade camponesa. Todos se conhecem. As relações de parentesco e vizinhança adquirem um papel determinante nas relações sociais do mundo camponês. Nisto se distingue profundamente das culturas urbanas e suas mais variadas formas de expressão.

Para Heredia; Palmeira; Leite (2010), o sentido político do termo agronegócio, está cada vez mais associado ao desempenho econômico e a simbologia política e cada vez menos se evidenciam as relações sociais que lhe dão vida. A partir dessa perspectiva, percebemos que é mais uma necessidade conceitual, de construção de uma imagem perante, de modo a ressaltar o desempenho econômico que o agronegócio representa na economia brasileira. Por trás dessa disputa, se esconde uma guerra pelo acesso aos recursos públicos, que serão tão mais legitimados quanto maior for o peso que se lhe atribui.

Surgem outros elementos subjacentes às práticas do agronegócio e que precisam ser incorporados às frentes de lutas dos movimentos sociais, além da concentração fundiária e da matriz tecnológica do agronegócio: o uso de sementes transgênicas, ao uso abusivo de agrotóxicos, à monocultura. Em contraposição a esse modelo de produção, os movimentos sociais trabalham na construção do modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção das suas sementes.

Apesar de ter construído bases sólidas por meio das experiências vividas ao longo de centenas de anos na lida com a terra, plantas, animais etc., os sistemas camponeses de produção vêm sofrendo inúmeras pressões para que adotem outro modelo de produção. Mesmo com sua capacidade de resistência, muitas já foram as perdas que vem comprometendo a continuidade dessa cultura de produção/reprodução e relacionamento com a terra e com o meio. É primordial a

conservação dos princípios e das características que regem as relações nos sistemas camponeses de produção. Isso é determinante para preservação de toda essa cultura de produção, relacionamentos com o meio e com o outro, uma vez que, é na lida do cotidiano das relações desse sistema de produção, que ocorre a construção e a transmissão desse saber às novas gerações.

Partindo dessa perspectiva, percebe-se a grande importância de uma educação que valoriza esses saberes dos povos camponeses, tornando-se fundamental na transmissão desses conhecimentos. Dessa forma, faz-se necessário todo um esforço na manutenção desses sistemas de produção camponeses, de modo a assegurar que as crianças camponesas, por meio da sua lida no cotidiano, possam ter uma formação dentro da sua realidade, uma vez que esse contexto é crucial na construção da sua identidade camponesa. Nota-se, portanto, a grande importância da formação de educadores (as) do campo, que não somente trabalhe na perspectiva de manter esses sistemas, como também, construa juntos com esses sujeitos do campo uma resistência, no sentido de superar os diversos obstáculos herdados da educação rural, que Arroyo (2008) procura apresentar na formação de educadores do campo.

Neste sentido, os movimentos sociais têm contribuído ao longo dos anos na formação desses educadores (as) do campo, protagonizando um novo capítulo na história da formação pedagógica e docente, que na diversidade de suas lutas, buscam a construção de um novo projeto de Educação do/no Campo, por um outro projeto de campo, pautado nas suas especificidades, onde a prioridade é desenvolver programas e projetos que atendam as demandas dessa diversidade, a formação de professores do campo, indígenas, quilombolas etc.

Um dos primeiros passos apontados por Arroyo (2008) é a superação do protótipo único de docente-educador, que foi criado desde meados da metade do século passado, de que todos os professores deverão estar capacitados para desenvolver os mesmos saberes e competências do Ensino Fundamental, independentemente da diversidade dos coletivos humanos. Logo, faz-se necessário que os movimentos sociais, ao defenderem a especificidade da formação, não defendam essa função genérica, nem um currículo único com as devidas adaptações, mas que lutem pela superação dessa visão da escola rural, do professor rural, que privilegia a visão urbana, transportando para as escolas do campo professores sem vínculos com a cultura e os saberes dos povos do campo (ARROYO, 2008).

Os movimentos sociais devem continuar na luta pela afirmação da Educação do Campo, não pela reivindicação de mais escolas e de mais profissionais, mas, como sujeitos coletivos de políticas de formação de docentes educadores. Dessa forma, estarão trazendo as suas marcas políticas à formação docente e ao perfil de docente-educador, não apenas do campo, mas de toda Educação Básica. Tudo isso, contribuirá na inversão dos processos tradicionais de formulação de

políticas públicas que sempre ocorrem de cima para baixo, vendo essas classes apenas como destinatários de políticas e não como autores-sujeitos políticos de políticas. Mesmo causando tensões em reconhecer os movimentos como autores nas universidades, no MEC, nos órgãos de formulação e análises de políticas do Estado, obrigando-os a repensarem e redefinirem a relação entre o próprio Estado, suas instituições e os movimentos sociais. Todo esse processo abre caminho para que se torne possível alterar os currículos de formação, permitindo a formação de professores com essa capacidade crítica e reflexiva para a transformação da realidade.

Os cursos de formação têm se constituído numa excelente estratégia dos movimentos sociais em defenderem como uma política afirmativa de formação, abrindo caminho para a politização dos currículos, incorporando o conhecimento dessa história de produção das desigualdades, das relações políticas de dominação-subordinação da agricultura, dos povos do campo e dos seus trabalhadores à lógica do capital. Toda essa riqueza de conhecimentos incorporados nos currículos de formação, contribuirá, segundo Arroyo (2008), uma concepção plural, ampliada de formação, onde os processos educativos ganham prioridade como: desenvolvimento pleno, social, intelectual, cultural, ético, identitário dos educandos, a formação que acontece no trabalho, na sobrevivência, nas resistências à opressão, na diversidade das lutas, ações e movimentos de libertação. Toda essa pluralidade de dimensões e funções formadoras, darão ênfase ainda às didáticas, não somente escolares de ensino, mas as estratégias e didáticas para direção e consolidação da Reforma Agrária e dos movimentos.

A partir dessas formações, é uma expectativa do autor, que as escolas do campo cumpram uma função política, onde se construa espaços em que sejam incorporados os saberes da terra, do trabalho e da agricultura camponesa; em que as especificidades de ser-viver a infância-adolescência, a juventude e a vida adulta no campo sejam incorporadas nos currículos e nas propostas educativas; em que os saberes, concepções de história, de sociedade, de libertação aprendidas nos movimentos sociais, façam parte do conhecimento escolar.

Nesse aspecto, tanto as escolas quanto os educadores(as) do campo podem estar contribuindo no resgate das tradições camponesas que estão se perdendo como o reisado tanto defendido por seu Antônio Preto, da comunidade de Várzea Grande, zona rural de Cristino Castro (PI): “[...] *os novos não quer se entrosar, não quer se aproximar com o reisado, eu e os outros companheiros (as) tamo ficando velhos a tendência é acabar mesmo*”. Se os profissionais docentes-educadores entenderem essa tensa história, estarão capacitados e habilitados a trabalharem esse entendimento com as crianças e os adolescentes, com os jovens e os adultos que trabalham nos campos, nas comunidades, indígenas, quilombolas e, até nas escolas públicas populares em que chegam os diferentes, feitos e tratados em nossa história como desiguais.

Como Educação do Campo é um processo em constante construção, nessa caminhada rumo a superação dos diferentes obstáculos apontados por Arroyo (2008) na formação dos educadores (as) do campo, faz-se necessário, segundo Oliveira; Campos (2012) uma Educação Básica do Campo, que compreenda o cenário percorrido pela Educação do Campo, a trajetória de lutas dos movimentos sociais, fazendo uma busca nos elementos, eventos e processos que contribuíram na constituição da realidade que temos hoje sobre Educação do Campo. Essa trajetória vem sendo construída desde o final da década de 1990, importante para consolidar e ampliar o campo das conquistas de direitos, especialmente, a universalização do direito a Educação Básica e outras modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação do Campo.

Além dos desafios já apresentados pelas autoras, e que precisam ser superados, existem ainda outros a serem enfrentados pela União, Estados e Municípios, além da formação inicial e continuada de professores que resolverá o problema da Educação Básica e profissionalizante a longo prazo. Dentre eles, destacamos que existem cerca de 196 mil professores que já lecionam no campo só possuindo o nível médio que precisam ser graduados (Censo Escolar de 2009), sendo que este trabalho não supre as demandas da diversidade de realidades encontradas no campo, tampouco existem materiais didáticos que supra essa diversidade de realidades. Soma-se a tudo isso, a importância da formação de gestores das escolas do campo, que tenham experiência em Educação do Campo.

Finalmente, os “povos do campo” têm pela frente inúmeros desafios a serem enfrentados, a fim de que se consolide, de fato, a Educação Básica do Campo: a ampliação da Educação Infantil, do segundo segmento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para os sujeitos do campo; a luta contra o fechamento das escolas do campo; o investimento na formação inicial e continuada de educadores do campo; a construção de materiais didáticos contextualizados e a implementação de metodologias ativas e participativas; o investimento na formação dos gestores das escolas do campo; a implementação da pedagogia da alternância nas escolas do campo, referenciando-a em documentos oficiais (planos municipais e estaduais de educação); a constituição de coordenações de Educação do Campo no âmbito das secretarias municipais e estaduais de Educação; a institucionalização de diretrizes de Educação do Campo no âmbito dos planos municipais e estaduais de educação; e a abertura de concursos públicos específicos.

Oliveira; Campos (2012) nos auxiliaram na compreensão da trajetória seguida pelos movimentos sociais na luta por uma Educação Básica do Campo. E, segundo Caldart (2008), como um conceito em construção, a expressão “Educação do Campo”, nasce primeiro como Educação Básica do Campo até o contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação

Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo, a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do nosso estudo, consideramos (mesmo que em caráter preliminar) pertinente a relação estabelecida entre territorialidade como categoria analítica das relações socioespaciais do campesinato e a sua cultura, possibilitando, em certa medida, um diálogo com a Geografia, a cultura e a Educação do Campo. Num primeiro exercício de análise, grosso modo, buscamos identificar algumas expressões das territorialidades camponesas, e, nesse ponto em específico, consideramos possível que essas formas de uso espacial estejam alicerçadas na organização familiar e comunitária e no saber-fazer que o campesinato promove, mas que está ameaçado, em função da Indústria Cultural, a forma como sofre alterações ao longo do tempo, particularmente com a expansão do capitalismo no campo.

A mídia como uma forte aliada da “Indústria Cultural”, especialmente a TV e a internet, têm influenciado e contribuído para essas mudanças do modo de ser e viver das famílias camponesas, como vimos pelas falas de alguns camponeses, da comunidade de Várzea Grande, zona rural de Cristino Castro (PI), momento em que retratam as perdas e o processo de desmonte da cultura, de seu modo de vida, como enunciamos ao longo do texto.

Embora consideremos a lógica dialética de quem eventualmente, sofreu alterações modificando sua cultura, seus hábitos de consumo ou tecnicando suas atividades, mas ideologicamente continua fiel aos *habitus* e a pertença camponesa, como aponta Bourdieu (1989). O sentimento de ‘pertencimento’, em maior ou menor escala, contribui com a manutenção da territorialidade desse sujeito social – camponês, numa historicidade que explica o ser e o pertencer. Assim, mais do que categorizar e conceituar o camponês, é fundamental ouvir o que ele tem a dizer sobre seus anseios, inquietações, desejos, suas práticas, seu modo de vida. Modo de vida que ele busca manter, apesar das transformações ocorridas no campo impostas pelo capital, pela técnica, pela informação e pelo mercado globalizado.

Portanto, o caminho para se construir uma resistência, no sentido de se contrapor e fazer um enfrentamento às formas de ameaças ao modo de viver e ser do povo camponês, particularmente à sua cultura deve passar, também, como defende Arroyo (2008), pela formação dos educadores(as) do campo e que esses profissionais sejam capazes de compreender essa tensa

história construída em torno do campesinato e que não somente trabalhem na perspectiva de manter esse sistema, como também, construam juntos aos sujeitos do campo, resistências e caminhos rumo à consolidação de uma educação que garanta aos trabalhadores rurais, aos camponeses o direito à educação que seja no e para o campo.

Finalmente, pensando na construção dessa resistência aqui no sul do Piauí, que nada difere da realidade nacional, os contextos são semelhantes, o enfrentamento que devemos fazer é ao agronegócio ou ao modelo de desenvolvimento excludente, monocultor e que promove além das desigualdades no campo, o desmonte das comunidades camponesas em todas as esferas e, particularmente, a cultura. A formação docente está acontecendo, mesmo em início de percurso, se percebe os efeitos que aos poucos está tomando uma dimensão maior, porém, há de se concordar com o que diz Caldart (2008, p. 85), “A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo apenas no plano da disputa teórica”.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Teodor. “Resumé” sobre indústria cultural. **Revista História e Cultura Política**, v. 1, maio 2001.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ANDRADE, Manoel Corrêa de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: o limite do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). **Território**: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1998. p. 213-220.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. Documento para discussão do CGEC MEC, 2008.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá**. [Filosofia de um trovador nordestino]. In: SILVA, Antônio Gonçalves da (Org.). 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-73.

BASTOS, Marcelo Dourado; STEDLIE, Miguel Enrique; VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. Indústria cultural e educação. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 410-419.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Educação do campo**: campo – políticas públicas – educação. Brasília: Incra/MDA, 2008. p. 67-86.

CARVALHO, Jânio Gomes de. **Cultura camponesa: uma trajetória em (des)construção**. 2018. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do Piauí, Bom Jesus, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997.

COSTA, I. C. Prefácio. In: Coletivo Nacional de Cultura (Org.). **Teatro e transformação social**. São Paulo: Cepatec/FNC/Minc, 2006. p. 04-07.

DAMASCENO, Lupércio. **Agronegócio e indústria cultural: mercantilização e homogeneização da vida e da arte**. [s.d.]. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/61275854/INDUSTRIA-CULTURAL-E-AGRONEGOCIO> >. Acesso em: 26 set. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **A agricultura camponesa e as energias renováveis: um guia técnico**. Porto Alegre: Padre Josimo Edições, 2009.

GRUSCHKA, Andreas. Escola, didática e indústria cultural. In: DURÃO, F. A.; ZUIN, A.; VAZ, A. F. (Orgs.). **A indústria cultural hoje**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 173-184.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 25, n.74, p. 159-176, 2010.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 79-85.

MATOS, Marcos. Identidade camponesa: um jeito de ser e de fazer. **Recanto das Letras**. Publicado em 08 fev. 2012. Disponível em: < <https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-educacao/3487046> >. Acesso em: 23 abr. 2018.

MEDRANO, Eliziara Maria Oliveira; VALENTIM, Lucy Mary Soares. **A indústria cultural invade a escola brasileira: reflexões críticas**. Araraquara: JM, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de, CAMPOS, Maria. Educação Básica do Campo. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 237-244.

PUCCI, Bruno. **Indústria cultural e educação: ensino, pesquisas, formação**. Araraquara: JM, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Antônio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. **Características, dinâmicas e estratégias empresariais das indústrias esmagadoras de soja no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.